# O AUTOR E O TEXTO SEGUNDO STANLEY FISH E MICHEL FOUCAULT

https://doi.org/10.5281/zenodo.15587520

**ROCHA, Cybelle Croce, Mestra***

* Faculdade de Tecnologia de Praia Grande
Departamento de Informática para Gestão de Negócios
Pça. 19 de Janeiro, 144, Boqueirão, Praia Grande / SP, CEP: 11700-100
Fone (13) 3591-1303
cybelle@fatecpg.com.br

**RESUMO**

Para analisarmos a relação entre texto e autor através das teorias de Michel Foucault (1977) e Stanley Fish (1980; 1992) é preciso, primeiramente, compreender a importância do autor no texto e sua função. Em segundo lugar, é preciso entender também a forma como o texto pode ser interpretado pelo leitor, e se a imagem e o nome do autor são realmente relevantes, ou se o leitor cria sua própria imagem de como gostaria que o autor fosse.

**PALAVRAS-CHAVE** : autor, texto, leitor, Foucault, Fish.

***ABSTRACT***

*In order to analyze the relationship between the text and the author through the theories of Stanley Fish and Michel Foucault it is necessary, first, to understand the importance of the author in the text and his function. Secondly, it is also necessary to understand the way in which the text can be interpreted by the reader and if the image and name of the author are really relevant, or if the reader creates his own image of how he would like the author to be.*

***KEY-WORDS:*** *author, text, reader, Foucault, Fish.*

de um texto. O direito à objetividade e subjetividade não pode mais ser debatido, ao passo que uma comunidade interpretativa não é objetiva por causa de interesses, motivos e finalidades, pois sua perspectiva é influenciada, e não neutra. Os significados e textos produzidos por uma comunidade interpretativa não são subjetivos porque não procedem de um indivíduo isolado, mas sim de um ponto de vista público e convencional.

Normas do que é certo ou errado não existem separadas de suposições. Uma norma sobre o que é certo ou errado nunca deixará de existir, o relativismo só seria removido quando as noções de comunidades interpretativas presas em conceitos solidificadas permitissem preservar a distinção entre ficção e verdade, como uma distinção convencional ou específica, ao invés de enraizada na natureza e eternidade.

Para Fish, a interpretação de um texto está associada ao leitor e à estrutura de sua experiência, que desenvolve o significado das palavras e aponta para todas as direções em que houver intérpretes, tornando assim o significado infinito.

Para entendermos melhor, podemos usar o próprio exemplo de Fish: consultar um dicionário é assumir que os significados podem ser especificados independentemente da atividade de leitura, mas a partir do momento que o leitor traz significado a uma palavra numa página, ele está provando suas ideias, porque o objetivo do leitor é chegar a um significado.

O significado é infinito, conforme Fish propõe, porque uma pessoa pode dar os mais variados sentidos possíveis ao que leu ou, até mesmo, ler em um dia e dar um significado que, quando ler novamente, não será o mesmo ou, ainda, ler uma nova vez e se concentrar mais profundamente no texto que anteriormente.

Fish menciona que o leitor utiliza seu passado, sua sabedoria e meditações pessoais para moldar um texto. Os atos interpretativos não são exclusivos, mas sim obtidos em virtude da posição no meio social, podendo ser sempre divididos e públicos.

Se o significado de um texto é realmente a experiência de uma comunidade interpretativa reescrevendo um texto, então, pode-se concluir que as críticas são construídas de acordo com a experiência que cada comunidade tem da reescrita sobre o texto.

A comunidade interpretativa pode ser definida como um grupo

## INTRODUÇÃO

Um texto está intimamente ligado ao autor, mas o leitor tem uma participação muito grande na interpretação deste texto, utilizando seus próprios recursos ao interpretar. Esses recursos estão relacionados à sociedade e cultura em que o leitor vive. Ele determinará os signos e imagens que dará ao texto.

Michel Foucault (1977) e Stanley Fish (1980; 1992) crêem que o autor é uma interpretação do leitor de como ele o deseja, mas veremos a seguir que essa teoria nem sempre foi vista dessa forma pois, já houve uma época em que o autor não estava interligado ao texto.

## 1 O AUTOR E O TEXTO SEGUNDO FISH

Fish afirma, juntamente com Foucault, que o autor é uma criação do leitor. Ele faz parte da ficção, na qual é mais fácil viver com ela do que sem. Mas para Fish, não há autor, porque dar um autor a um texto é impor um limite a esse texto, moldando um significado final que concluiria o texto.

Uma vez que um autor é admitido, a figura da autoridade se estabelece no leitor, que aprova ou condena qualquer significado que ele possa dar ao texto. Desse modo, o leitor não mais seria livre, pois estaria subordinado à vontade do autor. Retirar o texto do autor seria tirar sua intenção e seu significado.

Fish ainda entende que é a perspectiva do leitor dentro do seu próprio contexto que é tida como norma. Se o conceito de autor fosse deixado de lado, não haveria, portanto, necessidade de acessar o significado original porque o contexto do próprio leitor ficaria em primeiro plano. Fish defende ainda que o contexto do leitor é o que é acessível a ele. Por isso, essa teoria é chamada de subjetiva pela crítica, o que Fish discorda plenamente.

Quando o leitor vê através da perspectiva de Fish ele deixa de ter constrangimentos porque as regras e procedimentos da crítica não são universais, mas mutáveis. Uma pessoa raramente fará uso dessas regras e procedimentos da forma que estão previamente constituídos, como constrangimentos esgotados sobre o que se pode ou não vir a fazer

talvez seja somente um erro teórico, porque a pessoa pode substituir seu próprio significado pelo que o texto está propondo, para não ver a verdade, sem realmente 'ler as entrelinhas'.

Desacordos devem ocorrer entre os que têm diferentes pontos de vista, e o que se leva em consideração é o direito de especificar quais os fatos que podem ser ditos posteriormente, ou seja, as discordâncias não são estabelecidas pelos fatos, mas nos meios em que são estabelecidos. Portanto, o fator de concordância, ao invés de ser uma prova de estabilidade dos objetos, é um testemunho em relação ao poder de uma comunidade interpretativa para constituir os objetos. A comunidade interpretativa tem uma força tão grande que faz com que todos os seus membros concordem com os objetos em questão.

Sempre há mecanismos para ditar regras de leitura e a origem oão está no texto, mas nas estratégias interpretadas, reconhecidas para produzir o texto. Em uma nova interpretação de um trabalho, não se deve apenas dizer a verdade sobre ele, mas fazer o trabalho melhorar. A verdade será o que penetra na essência do valor literário.

O texto é sempre uma função de interpretação, segundo Fish. Sendo assim, ele não pode ser o local de concordância mais profundo no qual rejeitamos interpretações. Existem estratégias de interpretação para se produzir um texto. Fish cita como exemplo um poema, cujos créditos crescem para a crítica quando é dado o crédito próprio ao poema, ou seja, quando demonstra que tem uma ou mais qualidades que são conhecidas para distinguir os poemas de outras produções verbais, o que ocorre com qualquer texto.

Devemos dar ao texto o seu devido valor para que possamos entendê-lo e interpretá-lo melhor. Sendo assim, a função do crítico é extremamente importante. Ele é ensinado a julgar-se como um transmissor do melhor que já foi pensado e dito por outros, e seus maiores medos são: o de ser cobrado por haver substituído os significados, dos quais é supostamente o guardião, e sentir-se culpado por ter interpretado diferente do proposto, ou não ter dito a verdade.

## 2 O AUTOR E O TEXTO SEGUNDO FOUCAULT

Foucault afirma que o autor é a individualização da história

de pessoas que dividem o mesmo ponto de vista ou tem a mesma interpretação. O "eu" comum que Fish menciona, pode somente se estender a um grupo de pessoas que pensam sobre um mesmo assunto, mas não a forma com que pensam sobre ele. Considerar o fato de que existe um "eu" comum, em que uma pessoa pensa e sente exatamente como outra é impossível. Como indivíduos, nós somos únicos e mostramos a nossa individualidade através de nossos pensamentos e sentimentos. Nenhuma pessoa jamais será capaz de pensar ou sentir exatamente o mesmo que outra. Por isso, o indivíduo dá a sua própria interpretação ao texto e as interpretações não são, ou estão, necessariamente interligadas.

Pode-se pensar que há apenas uma interpretação existente num texto, mas esse argumento não deixa espaço para múltiplas interpretações subjetivas de cada leitor e seu próprio processo de pensamento.

Ler é um processo ativo que não traz só uma interpretação. Sendo assim, o argumento de Fish é plausível porque a interpretação traz intenção e realização formal, e cria condições nas quais é possível discernir as ideias.

Fish declara que o leitor que tem intenções, educação, opinião, discernimento, competência lingüística, etc; pode ser capaz de ter as experiências que o autor deseja passar. Um leitor que tem intenções trabalha o texto tirando dele mais do que o valor mostrado. Além disso, Fish diz que nós viemos dos discursos da história, inclinados a interpretar baseados nas nossas suposições culturais, ou seja, o indivíduo é determinado pela sua suposição cultural e incapaz de sair das próprias convicções e crenças. Essa é uma redução radical da visão de mundo a qual Fish nos teria limitado. Os resultados dessa teoria deixam restritas as possibilidades de ampliar o entendimento de uma pessoa, baseando-se nas pressuposições de uma cultura estrangeira, podendo até fazer parte dela.

Fish determina que o leitor não tem suas próprias estratégias; elas saem das comunidades interpretativas e limitam as operações de sua consciência. Para perceber que as comunidades são historicamente condicionadas, uma pessoa deve ter um objetivo e uma perspectiva, o que Fish afirma que não podemos ter sem o autor. Para alguém que acredita em determinado significado, a discordância sobre um assunto

relação muito grande com sua obra e é possível reconhecê-lo e a forma que usa para escrever.

O discurso, definido por Foucault, é as formas de construir sabedoria com práticas sociais, formas de subjetividade e relações de poder. Esse poder é exercitado nos discursos de forma que constitui e governa assuntos individuais.

O nome do autor, diferentemente de outros nomes próprios, não passa do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu. O nome está sempre presente, marcando as margens do texto. Ele manifesta a aparência de um discurso e indica o conhecimento desse discurso numa determinada sociedade e cultura, como já mencionado antes. Podemos assim dizer que, numa civilização como a nossa, há inúmeros discursos que são ornamentados com a função - autor, enquanto outros são privados disso. A função - autor não afeta todos os discursos de uma maneira geral e constante. Na nossa civilização, nem sempre foram os mesmos tipos de texto que deram atribuição ao autor. Houve um tempo em que os textos que hoje chamamos de literários eram aceitos, postos em circulação e valorizados sem sequer se questionar a identidade do autor. A função - autor não se desenvolve espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É o resultado de uma complexa operação que constrói um certo ser racional ao qual denominamos 'autor'.

Uma carta pode ter um remetente e não ter um autor; um contrato pode ter um fiador e também não ter um autor. Um outro exemplo apresentado por Foucault seria o de Shakespeare, em que ele diz que se Shakespeare não fosse o autor dos sonetos, isso afetaria o nome dele como autor, ele não seria mais o autor do texto. Entretanto, Shakespeare, como nome próprio, nunca muda e sempre se refere à mesma pessoa. O nome do autor é sempre um nome próprio, mas não importa quem escreveu o texto O nome próprio não muda quando um texto tem um autor falso; é o nome do autor, o classificador que muda.

Foucault diz que o autor é uma figura ideológica que marca o significado e que, com o tempo, a função - autor desaparece porque conforme a sociedade muda, a ficção e seu texto funcionam de outro modo, como num sistema de imposição, e não será mais o autor. O autor também é o princípio de uma certa unidade na escrita, sendo resolvida pelos princípios da evolução, maturidade ou influência. Também serve

das ideias, sabedoria, literatura, filosofia e ciências, e também que "a unidade do autor é sólida e fundamental".

Hoje em dia, quem está falando não é mais tão relevante porque a escrita se libertou da dimensão da expressão. A escrita é identificada com o seu exterior, havendo, assim, uma interposição de signos organizados de acordo com a natureza do significante.

O nome do autor liga o leitor à obra ou à matéria da qual ele trata. Sua descrição física será sempre a mesma e também ligada a vários textos do mesmo autor. É ele que indica o conhecimento do discurso numa determinada sociedade e cultura. Por exemplo, um texto colado num muro numa rua qualquer, tem um escritor, mas não tem um autor. Isso nos faz lembrar da Idade Média, quando qualquer texto era aceito e considerado verdadeiro somente se tivesse o nome do autor, o oposto ocorreu nos séculos XVII e XVIII, quando a garantia da verdade estava no anonimato.

O nome do autor é um nome próprio e traz os problemas comuns a todos eles. Ninguém pode fazer de um nome próprio uma referência pura e simples. Como o nome do autor, que pode mudar de acordo com o texto pode ter uma identidade permanente? O nome próprio tem outras funções além de indicar que ele pode ser um gesto, um dedo apontado para alguém, uma descrição, etc; não tendo assim um só significado.

O nome próprio e o nome do autor estão situados entre dois pólos. de descrição e designação: eles devem ter uma certa ligação com o que nomeiam, mas que não seja nem inteiramente no molde da designação, nem da descrição; deve ter uma ligação especifica. Entretanto, as ligações entre o nome do autor e o que ele nomeia não são isomórficas.

O nome do autor não é simplesmente um elemento no discurso capaz de ser sujeito ou objeto substituído por um pronome ou algo parecido, ele tem um papel relacionado ao discurso narrativo, afirmando uma função classificatória. O fato de o discurso ter o nome de um autor faz com que possamos dizer que foi escrito por alguém que é realmente o autor, o que mostra que o discurso não é um simples discurso diário. Pelo contrário, um discurso deve ser recebido com um certo molde e numa dada cultura recebe um certo "status". Isso nos faz lembrar o exemplo de Fish sobre o poema, em que prova que o autor tem uma

para neutralizar as contradições que podem emergir em uma série de textos, porque deve haver, em um certo nível do pensamento ou desejo, ou de consciência ou inconsciência, um ponto onde as contradições são resolvidas e os elementos incompatíveis estão ligados ou organizados em alguma contradição.

Um texto sempre tem um certo número de símbolos que se referem a um autor e que formam sua identidade. Esses símbolos, bem conhecidos para os gramáticos, são pronomes pessoais, advérbios de tempo e lugar e conjunções verbais.O autor permite uma limitação da proliferação das significações num mundo onde o esperto não é esperto só por causa de suas riquezas e recursos, mas por seus discursos e significados. O autor é o princípio da sabedoria na proliferação do significado. Por isso, Foucault afirma que ele é a individualização da sabedoria e nós estamos acostumados a dizer que o autor é o gênio criador de um trabalho no qual ele deposita com infinita riqueza e generosidade um conjunto inesgotável de significados. Mas o autor não é um campo indefinido de significados que completa um trabalho, ele não precede os trabalho. Ele é um princípio funcional que limita, exclui e escolhe, ou seja, impede a livre circulação, manipulação, composição, decomposição e recomposição da ficção. Se nós estamos acostumados a apresentar o autor como um gênio, um perpétuo aparecimento de invenções, é porque na realidade o fazemos funcionar da maneira oposta. O poder não é só repreensão, como uma ferramenta de conspiração de um indivíduo ou instituição e sim um complexo de forças que produz o acontecimento.

Foucault procede de uma maneira que pode ser nomeada como sua ‘assinatura’, porque ele não deseja identificar o autor em termos de como o autor existe. Todas as idéias que o autor põe no papel são consideradas parte do seu trabalho. Se um autor morre, seus trabalhos ainda são conhecidos e seu nome sempre permanecerá intacto ao seu trabalho, porque ele escreveu e compôs.

Podemos concluir com a pergunta de Foucault: “Onde uma pessoa deve parar, quando observar ‘tudo’ o que um autor escreveu? Será que cada rascunho, nota de rodapé e ideia se constitui como parte do trabalho do autor? Sim.” Tudo deve ser levado em consideração. Por exemplo, se compararmos o trabalho de um engenheiro com o de um autor em preparação para construir uma casa, o pedreiro deve tirar

medidas específicas, fazer cortes e plantas para propriamente realizar a sua criação. Esses passos servem como um alicerce para a casa, similar ao processo do autor, levando à sua criação elementos estruturais que são considerados um trabalho tal qual o produto final.

## CONCLUSÃO

Não é suficiente declarar que deveríamos trabalhar sem o escritor - autor, e estudar o texto por ele mesmo. Isso é verdade até certo ponto. A ausência do autor de sua escrita, quase instantaneamente revela seu trabalho, especialmente se o autor for desconhecido. Quantas vezes lemos uma frase anônima, escrita na parede de um banheiro e que nos deixou alguma impressão? Isso exemplifica a terminação do autor e o poder de escrever faz com que ele seja capaz de ficar sozinho. A necessidade de um autor se torna essencial quando se está interpretando um trabalho na forma de uma prescrição medicinal ou um diário etc. Essa presença torna necessária para fazer com que o texto seja válido. Uma pessoa deve levar em consideração a extensão do trabalho, o impacto que ele tem e seu autor.

Com isso, concluímos que o autor é tido como um padrão de qualidade. Ele deve ser considerado como uma pessoa histórica e atual, como o texto refere ou aponta. Foucault designa o autor como a própria função do discurso. Desse modo, a função do autor é caracterizar a existência, circulação e operação de certos discursos na sociedade. Foucault vê a função - autor como reveladora convergente do complexo envolvimento de práticas discursivas. Como essas práticas mudam ou desaparecem e novas práticas aparecem, a função - autor irá necessariamente refletir essas mudanças. Além disso, a função - autor pode ser escrita em termos sócio-históricos, como uma prática ou grupo de práticas.

Pudemos perceber também que tanto Eoucault quanto Fish pensam que o autor está totalmente relacionado com a vida e a cultura do leitor e, o leitor sempre irá interpretá-lo da maneira que mais lhe convier. Isso significa que o leitor é quem vai idealizar um autor e moldá-lo de acordo com o meio em que vive, não importando realmente a história pessoa1 de vida do autor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. ***The death of the author:*** *image, music, text.* Ed. e Trad. Stephen Heath. New York: Hill, 1977.

DURANT, John R. ***The continuing life of the author:*** *the essencialization of technology and the ownership of texts.* Review essay about David Saunders, Authorship and Copyright. London, Routledge, 1992.

FOUCAULT, Michel. ***What is an author?*** *in language counter – memory, practice.* Ed Donald F. Bouchard. Ithaca, New York: Connel University Press, 1977, pp:141-160.

FISH, Stanley. ***Interpreting the variorum:*** *is there a text in this class?* Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts e London: England, 1980, pp: 338- 355.

FISH, Stanley. ***There's no such thing as free speech and it's a good thing too.*** Boston Review, Boston, 1992.

**REFERÊNCIA ELETRÔNICA:**

Disponível em: <http://odin.english.udel.edu/teague/juhl96.html> Acesso em: 03/08/2008.